



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA
ATA DA 186ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CONSEMA

1 Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis realizou-se a Centésima octogésima sexta Reunião
2 Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de
3 Medeiros, 261, 15º andar, com o início às quatorze horas e dezenove minutos, com a presença dos seguintes
4 Conselheiros: **Sra. Maria Patrícia Mollmann**, representando à SEMA; **Sr. Marcus Arthur Graff**, representante Titular
5 da ASSECAN; **Sra. Lisiane Becker**, representante Suplente da ONG Mira-Serra; **Sr. Torvaldo Antônio Marzolla Filho**,
6 representante Titular da FIERGS; **Sra. Monica Marlise Wiggers**, representante do Secretário da Cultura-SEDAC; **Sra.**
7 **Katiane Roxo**, representante Suplente da FECOMÉRCIO; **Sr. Rafael José Altenhofen**, representante Suplente da
8 UPAN; **Sra. Marion Luiza Heinrich**, representante Titular da FAMURS; **Sr. Eloi Flores**, representante do Secretário da
9 Educação-SEDUC; **Sr. Julio Salecker**, representante Suplente do Comitês de Bacias Hidrográficas-CHB; **Sr.**
10 **Guilherme Velten Junior**, representante Suplente da FETAG; **Sr. Cylon Rosa Neto**, representante Titular da
11 Sociedade de Engenharia do RS-SERGS; **Sr. Rogério Maciel da Silva**, representante do Secretário de Segurança
12 Pública-SSP; **Sra. Lucia Beatriz Lopes Ferreira Sagot**, representante do Secretário da Saúde-SES; **Sr. Antônio**
13 **Green Rivaldo**, representante do Secretário da Agricultura e Pecuária-SEAPI; **Sra. Maria do Socorro Ramos**
14 **Barbosa**, representante do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional-SEPLAN; **Sra. Ilse Iob Boldrini**,
15 representante Titular da IGRÉ; **Sr. Luiz Elody Lima Sobreiro**, representante Suplente da ONG Os Amigos da Floresta;
16 **Sra. Ana Rosa Bered**, representante da FEPAM; **Sra. Paula Silva de Moura**, representante Suplente do SINDIÁGUA;
17 **Sr. Marco Aurélio Azevedo**, representante Titular da Fundação Zoobotânica-FZB; **Sr. Fabricio Dutra**, representante do
18 Secretário de Minas e Energia-SME; **Sr. José Homero Finamor Pinto**, representante do Conselho Regional de
19 Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul-CREA-RS; **Sr. Paulo Toledo da Luz**, representante do Secretário de
20 Transporte e Mobilidade-ST e **Sr. Alberto Rossi**, representante do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência
21 e Tecnologia-SDECT. Participou também o Sr. Guilherme de Villa/BR; Sr. Israel Fick/UPAN; Sr. Luis Fernando
22 Pires/FARSUL; Sra. Nicole Escuto/ Amigos da Floresta; Sra. Tania Marli Stasiak Wilhelms/SES e Sr. Valtemir
23 Goldmeier/SEMA. Tendo como pauta: **1. Aprovação da Ata da 185ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. CTP -**
24 **Composição CTP Biodiversidade e CTP Assuntos Jurídicos; 3. Prorrogação do prazo do grupo de trabalho**
25 **Intervenientes; 4. Controle de emissão de substâncias odoríferas – Expediente Administrativo nº 9524-0567/15-**
26 **4; 5. ZEE - Relato sobre inicio do contrato; 6. Ações do Meio Ambiente no Combate ao mosquito Aedes Aegypti;**
27 **7.Assuntos gerais.** Após a verificação do quórum a Senhora Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo
28 comunicações. **Passou-se ao 1º item da pauta: Aprovação da Ata da 185ª Reunião Ordinária do CONSEMA:**
29 dispensada a leitura da ata e sem retificações que foi enviada anteriormente para os conselheiros. **UMA ABSTENÇÃO,**
30 **APROVADO POR MAIORIA. Passou-se ao 2º item da pauta: CTP - Composição CTP Biodiversidade e CTP**
31 **Assuntos Jurídicos:** A entidade FARSUL solicitou à Plenária à alteração da redação do Caput do artigo 2º da
32 Resolução 296/2015 do próprio CONSEMA que atualmente limita o numero máximo de entidades em 15 (quinze) por
33 Câmara Técnica, e também solicitou a sua inclusão como entidade componente da CTP de Biodiversidade. A entidade
34 UPAN, devido à falta de representante solicita a sua saída da CTP de Assuntos Jurídicos. Maria Patrícia/SEMA-
35 Presidente esclarece que os dois representantes nomeados pelo Governador da entidade FARSUL não puderam se
36 fazer presentes conforme justificativa enviada, e consulta Plenária para retirar o assunto desta pauta e deixa-la para
37 próxima reunião do CONSEMA, **ENCAMINHAMENTO APROVADO POR UNANIMIDADE.** Maria Patrícia/SEMA-
38 Presidente tendo em vista a falta dos dois membros nomeados da FARSUL, lembra quem com o novo regimento interno
39 é possível a nomeação de um segundo Suplente e informa que a Secretaria Executiva solicitará às entidades a
40 indicação do segundo Suplente para encaminhar a nomeação pelo Governador. Marcus/ASSECAN pergunta sobre ele
41 como representante Titular ser de uma ONG e o seu Suplente ser de outra ONG. Maria Patrícia/SEMA-Presidente
42 responde que a APEDEMA poderá indicar outro nome, sendo uma situação diferente da atípica dos outros. **Passou-se**
43 **ao 3º item da pauta: Prorrogação do prazo do grupo de trabalho Intervenientes:** O Grupo de Trabalho solicita a
44 prorrogação do prazo, para concluir os trabalhos. Maria Patrícia/SEMA-Presidente esclarece que o Grupo de Trabalho
45 dos Intervenientes já se reuniu em três reuniões, a ideia de trabalhar a questão da anuência pelas unidades de
46 conservação, regras, prazos e procedimentos, quanto dos demais Intervenientes, o Grupo focou nessas reuniões e
47 resolveu separar as unidades de conservação no Estado tem a ideia própria no raio de 10 km e que esse ato faz parte
48 do processo de licenciamento dos demais Intervenientes, a minuta esta ajustada faltando a revisão final e o Grupo
49 ficará fazendo a segunda discussão, na ultima reunião solicitou-se mais noventa dias, mas se pretende trazer na
50 reunião de março do CONSEMA, já a questão das unidades de conservação, sendo as regras e as formas em questão

51 das anuências. Cylon/SERGS pergunta se a ideia seria trazer a regra para dentro da regra do grupo nacional ou serão
52 deixados os 10 km para o Rio Grande do Sul. Maria Patrícia /SEMA-Presidente responde que os 10 km são lei por
53 causa do código Estadual, o Grupo não pode fazer alteração, mas esta sendo estudado o que se pode fazer de melhor
54 para a unidade de conservação, como pode o CONSEMA estabelecer regras para o entorno do código Estadual, será
55 trazido à proposta para apresentar não tendo como revogar a regra, filtrando algumas coisas que não são importantes
56 para a unidade de conservação. Cylon/SERGS pergunta se o CONSEMA não pode pedir uma alteração do código.
57 Maria Patrícia/SEMA-Presidente responde que pode se pedir uma alteração sim, sendo a ideia resumir bastante para
58 focar, o Grupo esta propondo uma resolução para conceder mais prazos. Luiz/Amigos da Floresta se manifestará
59 quando a proposta vier à mesa novamente. Maria Patrícia/SEMA-Presidente explica que a lei Estadual foi feita com
60 base na antiga resolução CONAMA. A minuta de prorrogação de prazo do GT, **1 ABSTENÇÃO, APROVADA POR**
61 **MAIORIA. Passou-se ao 5º item da pauta: ZEE - Relato sobre inicio do contrato:** Maria Patrícia/SEMA-
62 Presidente explica que dia 17 de Fevereiro iniciou-se o contrato com a consultoria que irá auxiliar a
63 elaboração do ZEE, irá fazer o estudo técnico e inventários, tem trinta dias para o planejamento dos
64 trabalhos, para fazer o plano de trabalho e ver como irão atuar e os próximos trinta é um planejamento de
65 participação da população e da sociedade, serão dois meses de planejamento, será planejado o inventario e
66 o diagnostico, ficou ajustado que dentro da próxima semana seja encaminhado ao e-mail da Secretaria
67 Executiva, dados que os conselheiros acham importante, solicitações, propostas e ideias e expõe aos
68 conselheiros que no Estado possui a Comissão Estadual do ZEE, é uma comissão de Secretarias e terá uma
69 reunião na semana que vem. Cylon/SERGS pergunta se a Secretaria da Agricultura e Departamento de
70 irrigação estão chamados para essa comissão. Maria Patrícia/SEMA-Presidente responde que a Secretaria
71 da Agricultura faz parte da comissão ZEE. Antônio/SEAPI comenta que esta juntamente com colegas
72 aguardando dos gestores a definição da Secretaria de Agricultura. Maria Patrícia/SEMA-Presidente explica
73 que a SEMA convida e já foi encaminhado o convite às Secretarias e sugere que cada Secretaria se organize
74 internamente. Luiz/Amigos da Floresta pergunta se esse Zoneamento irá substituir os outros existentes, ou
75 haverá uma superposição. Maria Patrícia/SEMA-Presidente responde que é um macro Zoneamento, no
76 decorrer do trabalho será observado o que se pode abarcar, terá minucias que ele não conseguirá abarcar.
77 **Passou-se ao 4º item da pauta: Controle de emissão de substâncias odoríferas – Expediente Administrativo nº**
78 **9524-0567/15-4:** Em novembro de 2015 a FEPAM recebeu um ofício do MP sugerindo a diretora presidente da FEPAM
79 normatização no âmbito do licenciamento, quanto a emissão de substancias odoríficas, dizendo que o Estado não tem
80 normatização do controle dessas emissões e sem essas normatização é difícil a atuação do próprio órgão do Ministério
81 Publico como auxiliar no controle, foi para o órgão técnico da FEPAM, se torna difícil ter esse tipo de norma em função
82 de viabilidade técnica, não há conhecimentos e forma de medir na ciência que se conheça, o setor técnico sugeriu que
83 viesse para a discussão, que esse assunto não terminasse na FEPAM, sugere que seja ouvido o CONSEMA , já que o
84 pedido era de regulamentação, veio ao CONSEMA á pedido da FEPAM e foi incluído em pauta. Maria Patrícia/SEMA-
85 Presidente apresentou o item de pauta aos conselheiros e passou a palavra para Regina da FEPAM. Regina/FEPAM
86 esclarece que hoje a questão de substâncias odoríferas é uma condicionante nas licenças de operação e que se tem
87 um item padrão que diz que as substâncias odoríferas não podem extrapolar o limite da unidade que esta sendo
88 licenciada, mas que o controle é subjetivo. E não se tem um padrão ou uma legislação para isso, pois cada odor é
89 proveniente de uma situação ou uma substância então não há como se criar um padrão para medir odor, mas sim
90 existe a medição de cada substância. Torvaldo/FIERGS acompanha o entendimento do Renato chagas da FEPAM que
91 orientou ter o encaminhamento para a CTP de Controle e Qualidade, a CTP poderá subsidiar para melhor entendimento
92 às deliberações, sendo essa a proposta da FIERGS. Júlio/CBH acredita ser muito frágil dizer que cada odor é diferente
93 e gostaria de saber sobre as soluções para esse assunto nos países desenvolvidos, para no mínimo copiar os bons.
94 Cylon/SERGS acompanha a sugestão da FIERGS. Marion/FAMURS questiona se não há ajuda do monitoramento da
95 qualidade do ar. Regina/FEPAM diz depender muito da substancia que provoca o odor, a estação de qualidade do ar
96 não mede odor. Marco/FZB ressalta que o CAOMA se ressent de falta de normatização em nível regional e os
97 municípios acabam ficando facultados de aplicar qualquer monitoramento, acredita que possa se ter alguma regra geral
98 que ao menos nas substancias que possuem algum conhecimento, para que o município fique obrigado a obedecer
99 essa regra e que se possa implementar algum tipo de teste por parte do técnico. Eloi/SEDUC sugere que se possa
100 colocar uma escala de odores, pelo menos aos que são conhecidos podendo-se até escalar por cores como amarelo
101 vermelho, e no decorrer da pesquisar procurar identificar os odores que são desconhecidos. Rafael/UPAN questiona
102 que os odores mais clássicos já poderia estabelecer um ranking, incorporando equipamentos e técnicas que as
103 reduzem, pensando também quanto à mitigação em trabalhar especificamente com as que estão gerando problemas,
104 sendo que as demandas que se manda para FEPAM são os passivos que já se tem. Regina/FEPAM ressalta que é isso
105 que hoje se faz um empreendimento que se tem muito característico o odor, como exemplo uma indústria de tintas que
106 trabalha com solventes, ela tem uma emissão de orgânicos voláteis e tem odor e que são atividades que se chega na
107 porta e as vezes se sente o cheiro e na planta não se sente porque o vela seco que são os orgânicos voláteis, eles já
108 tem um regramento e possuem um padrão, são substancias que existem métodos analíticos de medição e que para

109 eles já existe uma emissão de padrão estabelecido, então esses já são cobrados a empresa tem que ter equipamentos
110 de controle que faça essa mitigação para que a emissão atenda o padrão já estabelecido pela legislação, a FEPAM ate
111 aplica valores bem abaixo do que esta na legislação, se ao longo do tempo a empresa não esta atendendo aos padrões
112 estabelecidos é exigido medidas, o que a FEPAM não tem seria um padrão para odor, um padrão único. Maria
113 Patrícia/SEMA-Presidente destaca que a SEMA concorda em encaminhar para a CTP, como os licenciamentos estão
114 indo em numero maior para os municípios, aumenta o papel do conselho em fazer os regramentos para auxiliar os
115 municípios a exigirem a mesma coisa. Rafael/UPAN aproveita para lembrar que o conselho delega, mas não capacita,
116 existem regras que os municípios não seguem por falta de estruturação, traz então a ideia de estruturar e preparar os
117 municípios para correta gestão ambiental e licenciamento. Maria Patrícia/SEMA-Presidente esclarece que na plenária
118 não há demanda parada, mas as CTPs estão com bastante demandas em andamento. Valtemir/SEMA ressalta que a
119 SEMA já tem feito capacitação com os municípios conforme as demandas. Marion/FAMURS concorda em ser
120 encaminhado para a CTP para ser discutido. Lisiane/Mira-Serra solicita apresentar um relatório de capacitação dos
121 municípios e também a capacidade do quadro técnico dos municípios. Marion/FAMURS explica que a reunião que teve
122 no MP foi justamente para validar algumas ações que estão sendo feitas no consorcio intermunicipal do COMARJA, que
123 esta disponibilizando corpo técnico através das demandas dos municípios para o trabalho ser feito com qualidade, para
124 os municípios que tem condições somente de contratar o mínimo que a resolução exige. Encaminhamento para a CTP
125 de Controle e Qualidade **APROVADO POR UNANIMIDADE. Passou-se ao 6º item da pauta: Ações do Meio**
126 **Ambiente no Combate ao mosquito Aedes Aegypti:** Apresentações da SEMA e da Secretaria da Saúde sobre as
127 ações do Estado ao combate do mosquito Aedes Aegypti. Maria Patrícia/ SEMA-Presidente passa a palavra para
128 Luis/ASSTEC-SEMA apresentou os trinta e oito municípios do Estado com maior infestação do mosquito Aedes
129 informações provenientes da Secretaria de Saúde, ASSTEC/SEMA juntamente com FEPAM de Santa Rosa
130 estabeleceram algumas metas de trabalho, ressaltou que o grande problema que se identifica são os materiais inertes
131 volumosos e pneus, a dificuldade maior seria onde depositar esses materiais colhidos, sugerindo que se crie áreas em
132 que o município tenha disponibilidade de dispor esse material, a partir dos primeiros dias de março juntamente com os
133 técnicos do balcão regional em Santa Rosa, realizar três reuniões em Ijuí, Santa Rosa e Ibirubá, aonde se convidaria os
134 técnicos dos municípios próximos para esclarecimento de duvidas sobre como proceder o encaminhamento desses
135 resíduos localmente, sendo áreas secas que não tenham possibilidade de alagamentos e solo compactado cercado
136 com controle de entrada e a disponibilidade de material de cobertura. Marion/FAMURS a FAMURS entende a
137 importância de serem tomadas medidas urgentes, porem ressalta a necessidade de orientação quanto ao licenciamento
138 dos locais onde os resíduos serão depositados e sobre a responsabilização dos proprietários de terrenos baldios e
139 daqueles que geram determinados resíduos. Luis/ ASSTEC-SEMA explica que em situação de emergência os
140 municípios fazem a limpeza e depois vai cobrar dos municípes. Valtemir/ASSTEC-SEMA esclarece o que se recolhe na
141 grande maioria é material inerte e fica inviável dizer ao município recolher material e levar a 300km de distancia, esta
142 área será licenciada pelo município, como um local de resíduos inertes, conforme já esta na 288, ressalta também que
143 conversaram com a FEPAM, regionais da FEPAM, Comando Ambiental e Ministério Publico foi estabelecida em
144 conjunto, todas as entidades estão cientes de que é uma situação de emergencial. Tânia/SES coloca que em Santa
145 Rosa e Ijuí se encontra a Sede Regional da Saúde e Ibirubá pertence a Regional de Cruz Alta e possuem municípios
146 piores que Ibirubá e questiona se não seria melhor trabalhar aonde possui a regional. Valtemir/ASSTEC-SEMA explica
147 que Cruz alta faz parte da Associação de Municípios, todos os municípios até Passo Fundo seriam convidados.
148 Lisiane/Mira-Serra conclui a importância do licenciamento de empreendimentos de menor impacto, deve-se ter um
149 regramento, caso contrario sempre terá esse tipo de acumulo, pois produzem resíduos e não estão se comprometendo
150 com a logística reversa desses resíduos. Lucia/SES ressalta que estamos vivendo uma emergência no pais, a partir de
151 outubro passou-se a trabalhar com uma outra realidade que não era mais a dengue, o Ministério da Saúde estava
152 trabalhando no sentido de diminuir os óbitos, a partir de novembro a realidade mudou para a Microcefalia, foi trabalhado
153 no interior nas dezenove Regionais de saúde fazendo oficinas com os municípios, apresentou as condições sociais e
154 ambientais, índices de casos de dengue, estima-se que o Zica vírus tenha se ingressado no Brasil na época da Copa
155 do Mundo, por pessoas que vieram dos países da África e Ásia, ressalta que não se pode ter nada de agua parada, o
156 grande problema esta sendo com os municípios, existe município pequeno com dois mil habitantes infestado, existem
157 muitos voluntários trabalhando nesse caso. Rafael/UPAN questiona referente à suspensão do uso de Piriproxifeno,
158 sendo ele temporario ou em quanto não houver estudos conclusivos e não se venha estar utilizando novamente e
159 questiona também sobre bromelias, sugere que se invista em estudos conclusivos e que se abra mais alternativas.
160 Lucia/SES ressalta a importância de todos serem divulgadores do assunto e explana que o Secretário foi bem claro ao
161 dizer que não se usa na agua de consumo humano um inseticida, o Rio Grande do Sul nunca usou e nem será usado e
162 explica que quando se tem tanques, piscinas ou agua que não se tem como escoar se usa esses inseticidas. Lucia/SES
163 esclarece que o Rio Grande do Sul é pioneiro em uso de produtos biológicos. Maria Patrícia/SEMA-Presidente sugere
164 que o meio ambiente fizesse uma moção ou resolução de apoio a essas decisões. Luiz/Amigos da Floresta parabeniza
165 pelas as ações e destaca que tem que se pensar no futuro, pois existe uma serie de outras atividades em que se deve
166 cuidar e como exemplo sugere a coleta seletiva. Lisiane/Mira-Serra Sugere um encaminhamento em relação aos
167 animais sinantrópicos que causam conflito humano, na relação do ser humano com essas espécies sinantropicas que

168 não são na verdade nocivas um exemplo dado foi o morcego, também questiona como podemos fazer para identificar
169 se o avião que esta sobrevoando as plantações esta autorizado a fazer essa dispersão e qual o tipo de agente que esta
170 dispersando. Lucia/SES informa que estamos lidando com mosquitos urbanos, oportunista e tem deslocamento grande.
171 Lisiane/Mira-Serra propõe ao CONSEMA elaborarmos uma diretriz para que as pessoas comecem a ter outro olhar de
172 que todos os animais possuem uma “utilidade” para o ser humano, tendo em vista uma proposta de divulgação, que
173 existe uma cadeia tanto para bem quanto para mal. Ilse/IGRÉ acredita que exista tantas alternativas para divulgação e
174 que todos tinham que dar retorno a sociedade e o retorno de urgência é ir para a mídia. Rafael/UPAN Sugere criar uma
175 proposta de que os municípios incluam seus IPTUs esses tipos de serviços. Maria Patrícia/SEMA-Presidente conclui
176 que são todos os assuntos importantes e na Educação Ambiental o que esta tentando se reestruturar é o papel da
177 comissão interinstitucional da Educação Ambiental, o que dá as diretrizes de politica do Estado em Educação Formal e
178 Informal, tem órgão gestor, é uma gestão compartilhada em educação e Meio Ambiente e essas ações tanto nas
179 escolas, a forma de inserção, no projeto politico pedagógico de cada escola, esta comissão tem o papel, é o que esta
180 na lei do Estado, no CONSEMA a ideia de se tratar da Educação Ambiental é interdisciplinar e não se tem mais a CTP
181 de Educação para não ter sobreposições de estruturas. Maria Patrícia/SEMA-Presidente agradece as contribuições.
182 **Passou-se ao 7º item da pauta: Assuntos Gerais:** Não havendo nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às
183 dezesesseis horas e dezenove minutos. Foi lavrada a presente ata que deverá ser assinada pela Presidente do
184 CONSEMA.